

**Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes**

**Assunto**: Cesário Verde – Lisboa oitocentista (uma época de contradições e conflitos em que a realidade sofre uma nítida decadência física e social)

**Texto A**

(…) Com a vitória liberal de 1834 torna-se patente o desejo de melhorar a iluminação pública de Lisboa; o encargo de tal serviço público transita da Intendência da Polícia para a Câmara Municipal de Lisboa, como, de resto, acontecera já durante o ano de 1823; aumenta o número dos candeeiros e - progresso evidente - a combustão do azeite passou a fazer-se em maior número de dias por mês. Todavia, a Câmara em breve se dava conta de que não podia arcar sozinha com as despesas; o Governo prontifica-se, pois, a ajudá-la. Simplesmente, a contas com necessidades mais prementes, as disponibilidades do Tesouro nem sempre chegavam para pagar a tempo e horas. Deste modo, em 1836 – 1837, na época do domínio de setembrismo, a dívida à Câmara montava a 131 791$00 reis. Claro que tais dificuldades financeiras se faziam sentir logo na iluminação. Desde que faltava o dinheiro para comprar azeite, apagava-se a pobre luz por ele fornecida. Por volta de 1837 a Câmara pretende, por certo por razões de economia, substituir total ou parcialmente o azeite por óleo de purgueira, o que veio a fazer-se. Em 1842 era concedida patente a um invento português para “ extrair o azeite da denominada purgueira” e Cesário Verde, evocando os tempos da sua meninice, conta: *Uma iluminação a azeite de purgueira, / De noite amarelava os prédios macilentos.*

 O número dos candeeiros continua sempre em aumento, andando, em 1840, à volta de 2300. Para manter a funcionar tal serviço público, utilizavam-se no mesmo ano 189 empregados. A verdade, porém, é que, como reconhece o mais conspícuo1 (1respeitável*)* historiador da matéria, a luz continuava a ser “ mui frouxa” e “ muitos dos candeeiros se apagavam antes da meia-noite, e depois desta hora era profunda a escuridão pela cidade”.

 Embora o esforço a considerar na luta contra a noite natural, poderemos, pois afirmar que a iluminação a azeite de oliveira, de peixe e de purgueira não logrou resolver o problema, e a velha noite continuou a manter, omnipotente, mesmo nas cidades, o seu velho império sobre os homens. (…)

Joel Serrão, “ *A Noite Técnica*”, in Temas oitocentistas II, Ed. Livros Horizontes, 1978

**Texto B**

 (…) Em 1886, já tinham sido introduzidas em Lisboa algumas das inovações que facilitavam a vida urbana: em 1848, tinham aparecido os primeiros candeeiros a gás e, em 1878, haviam sido instalados no Chiado, seis candeeiros eléctricos. Não se pense contudo que esses melhoramentos se propagaram rapidamente. Grande parte das ruas da cidade era de terra, malcheirosas e escuras. A muitas das suas vielas e escadinhas, a civilização não chegara. A 18 de julho, um grupo de habitantes de Alfama pedia insistentemente à Câmara de Lisboa que mandasse regar as ruas do bairro, pois o vento estava a levantar enormes ondas de poeira, que invadiam casas e lojas.

 Nos bairros antigos, a higiene era deplorável. Com traseiras, pátios e quintais apinhados de galinhas, coelhos e porcos, as casas estavam infestadas de parasitas. Apesar da recente captação do rio Alviela ter permitido instalar uma rede de distribuição de água a domicílio, o benefício chegava a poucas casas. Nos mercados, as condições sanitárias eram péssimas, fazendo com que muitos dos géneros consumidos pelas classes populares estivessem estragados. Os fiscais tentavam pôr cobro à situação, mas não chegavam para as encomendas. No mercado central, a 17 de julho, tinham sido inutilizadas, como impróprias para consumo, 81 pescadas, 76 peixes-espadas e 1200 carapaus: era uma gota no oceano.

(…)

 Os contrastes entre ricos e pobres eram enormes. É verdade que os milionários portugueses eram patéticos quando comparados com os seus parceiros europeus, mas em face da miséria indígena qualquer ser com um mínimo de sensibilidade se chocaria. No centro da cidade, entre portais e vãos de escadas, amontoavam-se cegos, estropiados, crianças abandonadas e velhos paralíticos. (…)

 Os trabalhadores ganhavam salários irrisórios e estavam sempre à beira do desemprego. Alimentavam-se, ano após ano, a pão, sopa e batatas, uma ementa insuficiente que ajuda a explicar as altíssimas taxas de mortalidade de Lisboa e do Porto. As doenças que mais mortes causavam eram a tuberculose pulmonar e as pneumonias. (…)

 As condições de trabalho eram atrozes: a duração do dia de trabalho era longuíssima e a segurança nas oficinas inexistente. Todos os dias se verificavam acidentes: fiandeiras que ficavam sem dedos; pedreiros que caíam de andaimes, vidreiros que arruinavam os pulmões, mineiros que ficavam soterrados. (...)

Maria Filomena Mónica, “ *O dia em que Cesário Verde morreu*” in Prelo – revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, nº 12, Ed. Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1986